

Velho tema

Benedicto Ferri de Barros

Nada temos a acrescentar ao que desde 1982 vimos dizendo nesta e em nossa coluna de O Estado sobre a questão da dívida externa do Terceiro Mundo. Mas não é demasiado repetir, porque a gravidade do problema não diminuiu e o assunto continua sendo uma das questões de maior peso para a economia de nosso país. Temos dito — e repetimos — que, nas dimensões que atingiu, essa dívida se tornou impagável; que os esquemas de tratamento que lhe têm sido aplicados rolam e agravam o problema, sem resolvê-lo; que ele representa uma séria fonte de instabilidade econômica e financeira, tanto para devedores, como para credores; que, irresolvido economicamente, ele acabará se transformando em sério problema político, de amplitude mundial.

Impagável a dívida é porque a despeito de remetermos anualmente dez a 12 bilhões de dólares para o Exterior (excesso do que exportamos sobre o total que importamos) essa quantia mal cobre os juros e taxas anuais da dívida, obrigando a novos empréstimos que, com suas taxas, aumentam o total da dívida. Assim, quanto mais se paga, mais a dívida cresce, e é nisso que ela é impagável no duplo sentido da expressão.

A gravidade dessa situação reside em que essa sangria anual priva o País de recursos que necessita para seu desenvolvimento interno. Nos três últimos anos esse vazamento de recursos, somado ao estancamento de entradas de recursos do Exterior, deve ter reduzido de cerca de metade nossa capacidade de investimento; conseqüentemente, nossa taxa de desenvolvimento caiu para a metade do que era na década anterior. Pior que isso, além de ser um grande fator de recessão, esse regime é também um grande fator de inflação, pois o governo é obrigado a emitir cruzados para pagar aos exportadores por mercadorias e serviços que saem do País para serem consumidos lá fora.

A irracionalidade e gravidade da situação é, portanto, evidente. Maior ela se torna quando se considera não apenas o quadro brasileiro mas a situação mundial no seu conjunto. Ela configura um estado caótico e potencialmente explosivo, cujas raízes se acham nas grandes mudanças econômicas e financeiras em curso, e cujo epicentro se encontra na política econômica e financeira dos Estados Unidos.

O fato global de maior alcance está em que a capacidade de produção alcançada pelo bloco dos países desenvolvidos que atingiram sua plena maturidade industrial esgotou de há muito a capacidade de absorção dos seus próprios mercados. Há uma guerra comercial internacional disputando a colocação de excedentes agrícolas e comerciais entre Japão, Estados Unidos, o Mercado Comum Europeu e a franja asiática, guerra em que se procura, ofensivamente, colocar nos mercados externos os excedentes de produção e aplicar em investimentos estrangeiros o excesso de poupança ociosa acumulada, e — defensivamente — impedir, mediante o protecionismo, que isso aconteça. Isto configura uma situação de pletora e uma ameaça de apoplexia. Os mercados do primeiro mundo estão saturados pela abundância, incapacitados para consumir o que produzem e para absorver, em novos investimentos, seus excedentes de poupança.

Esses excessos têm refluído principalmente para os Estados Unidos, e, se de um lado têm

permitido a esse país um nível de consumo e de investimento acima do garantido por sua produção e poupança, sem o doloroso custo da inflação, têm, de outro lado, ameaçado seu emprego e ocasionado um endividamento interno e externo que se traduzem por depreciação do dólar e reiteradas ameaças de colapso monetário internacional, visto que o dólar-papel inconversível por decisão unilateral dos Estados Unidos continua, desde 1971, a ser a moeda do mundo. A despeito do alarmante sinal da insustentabilidade dessa anomalia, dada recentemente pelo 'semi-crash' da Bolsa de Nova York, esse magno problema internacional continua sem encaminhamento.

Some-se a isto uma anomalia ainda maior, que foi o fato de, a partir da mesma época, e talvez como reação defensiva à vaporização do dólar-papel, haver a economia mundial criado outra moeda — o eurodólar —, substância financeira escritural e ectoplásmica com sede bancária concentrada nos paraísos fiscais situados fora do alcance de qualquer regulamentação financeira e política — e se terá uma idéia cabal da anarquia monetária sobre que se assenta a economia do globo. Não se acanhe o leitor de ignorar e não poder compreender o alcance dessa anomalia: os melhores economistas e financistas do mundo se confessam incapacitados para explicá-la e avaliar seu vulto catastrófico. Um dos seus aspectos mais espantosos é que se giram com eurodólares 300 bilhões de dólares por dia, o que corresponde, anualmente, a 75 trilhões de dólares, 25 vezes o volume de todas as transações comerciais anuais que se fazem neste planeta, segundo informa Peter Drucker. Só isso, talvez, será capaz de explicar o fato não mais compreensível de que, enquanto o Terceiro Mundo deve cerca de um trilhão de dólares e os Estados Unidos por volta disso, as nações desenvolvidas devem cerca de três trilhões! Isto exprime um saque fantástico sobre o futuro, financiado por pura fosforescência monetária e evaporado por atividades que não traduzem, de forma alguma, melhoria da condição econômica mundial.

Trata-se de uma realidade fantasmagórica, já apontada por algumas das melhores cabeças independentes do mundo, mas ignorada pelas elites dirigentes do mundo. É uma fantástica massa crítica que não cessa de crescer, cuja natureza melhor se compreende pelo profético poema de Yeats, *A Segunda Vinda*:

"Já não atende o falcão ao falcãoiro;

As coisas desmoronam; o centro se desmembra;

Mera anarquia se espalha pelo mundo."

Neste quadro, por aflitiva que seja, a posição ocupada pelo Brasil é modesta. Como assinala Jacques Dezelin em *Do embuste das dívidas externas ao absurdo dos privilégios às exportações* (Rio, Espaço e Tempo, 1987), um dos mais completos, melhor documentados e mais originais estudos sobre o assunto, apesar do caráter impagável da nossa dívida, ocupamos apenas o 44º lugar entre os devedores do mundo na relação dívida per capita e o 59º na relação dívida externa/PNB. Não obstante, fomos elevados a um dos bodes expiatórios do endividamento e barregamos e nos comportamos como tais.